



# FLORIANO QUASE MUDA A CAPITAL



MACHADO DE ASSIS

Os brasileiros que viveram no final do Século passado deixaram, em herança, aos seus patrícios do Século XX, um dos fatos mais marcantes da História de Brasília e do Brasil, ao inscreverem, no Mapa do Brasil, o local onde deveria ser plantada a nova Capital brasileira no Planalto Central.

0000

Com a decisão dos primeiros constituintes da República consagrando o princípio mudancista no artigo terceiro de nossa primeira Carta Magna, a clareza de um deputado piauiense, Nogueira Paranaguá, criou, através de um projeto de Lei, os meios ao Poder Executivo para dar cumprimento ao preceito da Lei fundamental.

Paranaguá propôs e viu aprovada a idéia da formação de uma Comissão para explorar e demarcar no Planalto Central do território da República, recém-proclamada, a superfície de 14.400 quilômetros quadrados, conforme desejava a Constituição, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.

0000

E o Presidente Floriano Peixoto, logo na sua primeira Mensagem ao Congresso, reputa "de necessidade inadiável a mudança da Capital", ao mesmo tempo em que anuncia, em respeito ao ensinamento constitucional e à decisão legislativa ideada por Paranaguá, a formação de uma Comissão de alto nível para proceder, no Planalto Central, a demarcação da área e fazer sobre a zona os indispensáveis estudos.

0000

Nasceu, então, de imediato a este anúncio do Presidente Floriano Peixoto, a nomeação da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil e sua chefia foi confiada, em maio de 1892, ao astrônomo Luis Cruls, cientista de grande reputação no Brasil e no exterior.

Chefiando essa Comissão Exploradora, Cruls pesquisou, ao longo de vinte e seis meses, a melhor área do Planalto Central, e demarcou, nela, um quadrilátero para servir de território ao "novo Distrito Federal".

Nasceu daí, em 1893, o primeiro Mapa do Brasil figurando o novo Distrito Federal.

Satisfeito com os resultados da primeira Missão Cruls, Floriano confia a Luis Cruls uma segunda missão, qual seja a de, na qualidade de Chefe de Comissão de Estudos da Nova Capital da União, escolher, na área demarcada, um sítio que oferecesse as melhores condições para a localização e edificação, ali, da cidade-Capital.

Surge, como resultado, em 1895, o primeiro Mapa do novo Distrito Federal.

De ambas as Comissões chefiadas pelo astrônomo Luis Cruls resultaram importantes estudos e observações sobre a região, que só meio século depois serviu de berço à Brasília de hoje.

Os trabalhos da segunda Missão Cruls foram, todavia, envoltos por uma série de fatos políticos e administrativos, a propósito dos quais devem ser feitas oportunamente algumas considerações.

## PROJETO PARANAGUÁ

Fundamentando-se na norma constitucional de 1891, o deputado Joaquim Nogueira Paranaguá (do Piauí) propôs ao Congresso, cinco meses após a promulgação de nossa primeira Constituição republicana, que o Poder Executivo fosse autorizado a mandar explorar e demarcar, no Planalto Central do território nacional, a superfície destinada à nova Capital.

O Projeto Nogueira Paranaguá, com data de 29 de julho de 1891, e subscrito por dezessete outros parlamentares, estabelecia, entre outras, as seguintes providências:

...autorização para as despesas necessárias à exploração e demarcação da área de acordo com o art. 3º da Constituição;

...Expedição, pelo Executivo, das instruções necessárias à execução do trabalho, do que deveria ser feito relatório circunstanciado;

...Após aprovado, pelo Governo, o local indicado, abertura de concorrência para a construção dos edifícios públicos para a instalação da nova Capital;

...A firma vencedora da concorrência, a concessão dos favores de exploração de uma área de terra, bem como dos serviços de navegação, vias férreas, carris urbanos e isenção de impostos pelo prazo de dez anos.

Justificando a proposição, Paranaguá ressaltou que a mudança da Capital Federal "é, atualmente, o problema para o qual devemos, desde já, dirigir nossa atenção e empregarmos todos os esforços a fim de que possamos vê-la resolvido no mais curto espaço de tempo possível".

## LEMBRANÇA DE DEODORO

O Projeto Paranaguá, porém, não nasceu exclusivamente sob os fundamentos do artigo constitucional. Paranaguá inspirou-se na lembrança e na vontade do primeiro Presidente republicano, o Marechal Deodoro da Fonseca, que, na sua primeira Mensagem ao Congresso, referia-se, com ênfase e interesse, ao desiderato constitucional.

Um mês antes do Projeto Paranaguá, o Presidente Deodoro dirigia-se aos congressistas afirmando que para encaminhar a execução desse "útil projeto" de mudança da Capital, "que tanto se recomenda por sã consideração de altas conveniências políticas e sociais", faz-se necessário que o Congresso dê ao Executivo "os meios precisos à escolha e demarcação do terreno que terá de ter assento a nova cidade, sede do Governo Federal".

## A LUTA DE PARANAGUÁ

Não foi fácil a Nogueira Paranaguá ver o seu projeto aprovado. Sérias resistências se ofereceram.

A Comissão técnica que o examinou achou por bem desaprová-lo. Os itens propostos por Paranaguá quanto ao processo de construção da cidade propriamente dito, sugerindo privilégios à firma vencedora da concorrência. Desta forma, a Comissão de Obras Públicas e Colonização apresentou ao plenário da Câmara substitutivo autorizando o Executivo a mandar apenas explorar e demarcar a área e só após concluídos os estudos, o Congresso decidiria sobre a oportunidade da mudança.

Em plenário, no mês seguinte, em agosto, a matéria suscita uma série de debates em torno do Projeto Paranaguá e do Substitutivo da Comissão. Uma dezena de parlamentares fala durante a 1ª discussão, destacando-se os pronunciamentos contrários dos deputados Cantão Ferreira (do Pará) e Henrique de Carvalho (do Maranhão), e dos srs. Antônio de Faria (do R. G. do Sul) e Belford Vieira (do Amazonas), estes dois favoráveis à idéia.

Para o deputado Cantão Ferreira, o Planalto Central não é o local mais apropriado para a colocação da Capital da República. E Henrique de Carvalho classifica o projeto de infeliz, importuno e antipatriótico.

Nogueira Paranaguá, quando da 2ª discussão da matéria, volta à tribuna para defender a interiorização da Capital e refuta, magistralmente, as impugnações dos srs. Cantão Ferreira e Henrique de Carvalho, com apertados de apoio dos srs. Gabino Bezerra (de Alagoas) e Dionísio Cerqueira (da Bahia). Após a réplica, Paranaguá fez um circunstanciado estudo sobre as raízes históricas do ideal mudancista da Capital e concluiu apresentando um Substitutivo ao Substitutivo da Comissão.

Em sua nova proposição, o representante do Piauí excluiu o monopólio e privilégio para a firma ven-

cedora da concorrência de edificação da cidade, passando esta atribuição, agora, à competência do Poder Executivo, que realizaria tudo através de concorrência pública, igualmente, já fazia conceder ao Executivo um crédito de 250 contos "para mandar estudar, escolher e demarcar" a superfície de 14.400 quilômetros quadrados no Planalto Central. Doze outros parlamentares assinaram com Paranaguá.

O deputado Severino Vieira (Bahia), um dos signatários, pede, em plenário, preferência para o substitutivo Paranaguá, que, aceito pela maioria, prejudicou o projeto primitivo, também de Paranaguá, e também o Substitutivo da Comissão de Obras e Colonização.

Mais uma vez a Comissão de Obras e Colonização interfere nos propósitos de Nogueira Paranaguá, reduzindo-lhe o crédito de 250 contos para 150. Contudo, na terceira discussão, o plenário decide manter o crédito de 250 contos pedidos por Paranaguá.

...E o substitutivo do representante piauiense é, finalmente, aprovado no final do mês de outubro, ainda no Governo do Marechal Deodoro da Fonseca, dando-lhe "os meios" que pedira para a efetivação daquele "útil projeto", cuja execução coube, com esmero e dedicação, ao Presidente Floriano Peixoto, já que Deodoro se desligou do Governo no mês seguinte por razões historicamente conhecidas.

## FLORIANO, O MUDANCISTA

Com "os meios" reclamados por Deodoro e autorizados pela Lei Paranaguá, o Presidente Floriano Peixoto pode dar cumprimento ao preceito constitucional e realizar um dos trabalhos mais marcantes da história do movimento de interiorização da Capital Federal para as regiões interiores.

Já na sua primeira Mensagem ao Congresso, em maio de 1892, o Marechal Floriano Peixoto "reputando de necessidade inadiável a mudança da Capital da União", anuncia que "o Governo trata de fazer seguir para o Planalto Central, a Comissão que deve proceder à demarcação da área e fazer sobre a zona os indispensáveis estudos".

E, de imediato, no mesmo mês de maio, designa através de Portaria do Ministro Antônio Gonçalves de Farias, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, sob a chefia do astrônomo Luis Cruls.

A partir deste instante, o apoio de Floriano à Comissão Exploradora foi irrestrito.

Com todos os membros da Comissão Exploradora já no Planalto Central, Floriano informa ao Congresso, na sua Mensagem de 1893, que dando princípio de execução à "útil resolução do legislador constituinte que mandou afastar a sede do Governo de um centro populoso e comercial como a cidade do Rio de Janeiro", seguiu para o Planalto Central do País, a Comissão demarcadora da área da futura Capital federal.

Nesta mesma Mensagem, o Presidente Floriano revela a sua pressa em mudar a Capital para o interior, ao afirmar que, sendo naturalmente demorados os trabalhos de campo e de demarcação da área para a nova Capital, "talvez conviesse transferi-la desde já e provisoriamente para alguma localidade no interior".

Em apoio ao ideal de interiorização da Capital, Floriano Peixoto deu, ainda em 1893, algumas demonstrações do seu espírito mudancista, assumindo, "sob a sua responsabilidade", de Presidente da República, atitudes que seriam da competência do Congresso.

Assim, não tendo sido suficientes os recursos orçamentários de 1893, no valor de 80 contos que incluía no Orçamento, para os trabalhos da Comissão Exploradora, no Planalto, Floriano solicitou ao Congresso, em mais de uma oportunidade, créditos suplementares de cerca de 107 contos para fazer face às despesas de serviço e de pessoal da Comissão. Decorridos os prazos e não tendo o Legislativo apreciado suas mensagens, o Presidente Floriano usou de sua coragem e tenacidade para baixar dois decretos, "sob a sua responsabilidade", abrindo os créditos extraordinários correspondentes aos 107 contos e, assim, atender aos reclamos da Comissão Exploradora.

Na última mensagem do seu Governo ao Congresso, o marechal dá ciência aos congressistas da demarcação da área de 14.400 quilômetros quadrados, no Planalto Central, e diz que os estudos feitos pela Comissão Cruls revelam dados e informações "suficientes para ajuizar-se da zona, sua posição geográfica, clima, constituição geológica, riquezas naturais etc". Três semanas após, Floriano Peixoto designa Luis Cruls para nova missão mudancista: levantar os melhores itinerários para interiorização do litoral à zona planáltica demarcada e, nela, escolher o local ideal à edificação da nova Capital da União. Neste sentido, através do Ministro e General Bibiano Fontoura Constal, foi baixada instrução criando a Comissão de Estudos da Nova Capital do Brasil, com data de 1 de junho de 1894.

Os trabalhos desta Comissão de localização da Capital tiveram, no último ano do Governo Floriano Peixoto, todo apoio, inclusive dispondo de uma dotação orçamentária de 350 contos, o que facilitou as suas atividades, em 1894, e lhe garantiu continuidade, embora precariamente e sem apoio e sem estímulo, durante o ano seguinte de 1895, já no Governo de Prudente de Moraes.

## AS MISSÕES CRULS

Convocado pelo Governo Floriano, o diretor do Observatório Astronômico, Luis Cruls, realizou duas missões no Planalto Central.

A primeira, chefiando a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, ao longo de dois anos, a partir de maio de 1892. E a segunda, como responsável pela chefia da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, a partir de junho de 1894.

Em ambas as oportunidades, Luis Cruls reuniu, sob a sua liderança, um grupo de astrônomos, engenheiros, higienistas, geólogos, botânicos e naturalistas, muitos dos quais seus ex-discípulos da Escola Superior de Guerra ou integrante de sua equipe do Observatório Astronômico.

0000

Durante a primeira missão, quando foram percorridos, em lombo de burro, cerca de 4 mil quilômetros, os membros da Comissão Exploradora, depois de "zvarrerem" o Planalto na sua parte mais central ao longo de mais de duzentos quilômetros - de Pirenópolis a Formosa - e convencidos da propriedade daquela região planáltica, demarcaram, sob a forma de um quadrilátero, a área dos 14.400 quilômetros quadrados indicados pelos primeiros constituintes da República. Ao mesmo tempo, realizaram importantes pesquisas e observações sobre as condições naturais das regiões visitadas, estudando o clima, a abundância de suas águas, sua flora e sua fauna, sua beleza panorâmica, sua topografia, sua geologia, até então pouco conhecida. O êxito desses trabalhos levou Floriano a

designar Cruls a chefiar uma segunda Comissão.

0000

A segunda missão de Cruls teve como objetivo escolher, na área demarcada, um sítio que oferecesse as melhores condições para a localização e edificação, ali, da cidade que seria a Nova Capital do Brasil, bem como a sua interligação ao litoral (inclusive uma "Brasília-Belem") e a realização de uma série de estudos e pesquisas sobre o clima e as águas da região, entre outros fatores relacionados à habitabilidade do local, envolvendo observações astronômicas e meteorológicas. Daí a intitulação de Comissão de Estudos da Nova Capital da União.

Os trabalhos desta Comissão foram praticamente interrompidos com a saída de Floriano do Governo, seja pela falta de recursos orçamentários seja pelo



Luis Cruls chefiou as duas Comissões do Planalto

pouco interesse do Presidente Prudente de Moraes pelo assunto, o que ocorria, por igual, por parte do Congresso.

0000

Todavia, além dos estudos e pesquisas propriamente ditos, ficaram nas Missões Cruls dois marcos duradouros: o primeiro Mapa do Brasil com a área retangular do "Novo Distrito Federal", e o primeiro Mapa do Distrito Federal, no Planalto Central, no local onde 65 anos depois seria plantada Brasília, em 1960, pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Dessas missões participaram cientistas de renomada cultura e experiência, entre os quais, Glaziou, Ule, Hussak, Pimentel, Morize, Paula Oliveira, o próprio Cruls, e engenheiros militares de renome.

## FIM DO ENTUSIASMO

O Governo do Presidente Prudente de Moraes caracterizou bem o fim do entusiasmo pelo ideal de interiorização da Capital, que decidida pelos primeiros constituintes republicanos foi lembrada ao Congresso, com ânimo, por Deodoro e encontrou em Floriano Peixoto um extraordinário apoiador.

0000

O desinteresse de Prudente de Moraes pela idéia mudancista da Capital pode ser interpretada com base em duas versões.

A primeira, em razão mesmo das divergências suas com o Marechal Deodoro da Fonseca, desde quando este Presidente da República, pois fora seu antagonista quando candidato. Em consequência, Prudente de Moraes não era bem visto pelo Exército. E como se sabe, a Comissão Cruls era constituída, na sua quase totalidade, ou de oficiais superiores ou de professores ou ex-alunos da Escola Superior de Guerra ou de membros do Observatório Astronômico, órgão do Ministério da Guerra.

A segunda versão, também aceitável, é a de que sendo Prudente de Moraes um representante dos interesses paulistas, não interessaria a São Paulo, que despontava em perspectivas de progresso, a transferência da Capital para Goiás, criando-se, ali, um outro e novo foco de desenvolvimento regional interiorano.

...E, no Congresso o clima era de "muita resistência, aberta ou surda, à idéia da mudança da Capital".

0000

A grande verdade, porém, é que, com a ascensão de Prudente de Moraes ao Poder, o Orçamento da União deixou de consignar verba para a Missão Cruls.

Nos seus pronunciamentos ao Congresso, em 1894 e 1895, Prudente de Moraes em nada se referiu à questão da mudança da Capital, e só na sua Mensagem de 1896, abordou o problema para informar aos congressistas que os serviços da Comissão incumbida de escolher o local para a futura Capital "não puderam ter grande desenvolvimento no ano findo pela deficiência da verba votada", tendo sido "suspensos os trabalhos de campo nos últimos meses" de 1895.

E alegando que o Orçamento daquele ano de 96 não consignava verba para tal iniciativa, "foi dispensado o pessoal civil da Comissão, continuando os militares com os trabalhos de escritório, sem outra remuneração além de suas patentes".

Finalmente, na sua Mensagem de maio de 1897, anuncia simplesmente que "foi extinta a Comissão de Estudos da Nova Capital", enquanto, na mesma mensagem, solicita, em longo período, o apoio dos congressistas para resolver o problema da precariedade dos serviços de esgoto e de abastecimento d'água do Rio de Janeiro".

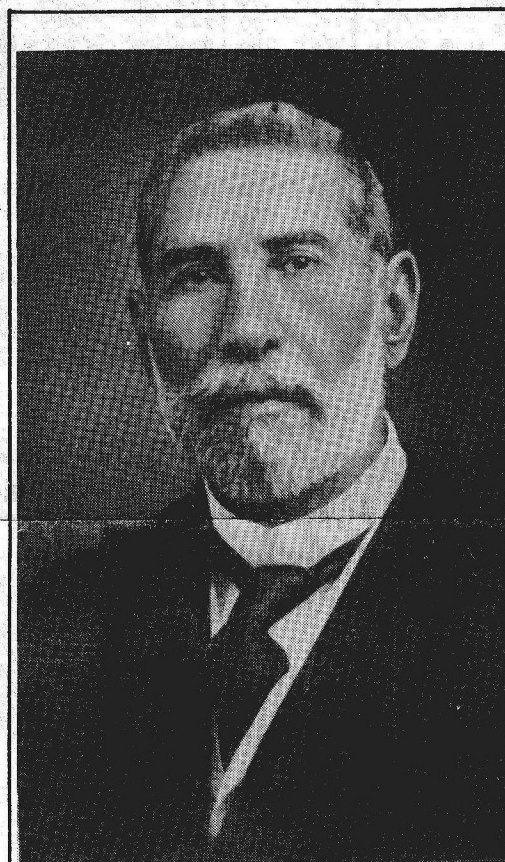
## RESISTÊNCIA MUDANCISTA

Enquanto Cruls se embrenhava pelas terras solitárias e desérticas do Planalto Central, alguns poucos congressistas se destacavam em favor dos ideais de interiorização da Capital, ora apresentando os novos subsídios, através de projetos, para a concretização do objetivo mudancista ora tentando verbas para socorrer as missões Cruls, nas suas despesas.

Do período em que Cruls se encontrava no Planalto, três projetos de maior repercussão foram apresentados ao Congresso e merecem citação. Seus autores: Fleury Curado (de Goiás), Lauro Müller (de Santa Catarina) e Nogueira Paranaguá (do Piauí).

0000

O deputado goiano Sebastião Fleury Curado, com o apoio de Belarmino de Mendonça (do Paraná), apresentou, em agosto de 1893, um projeto muito oportuno ao momento. Fundamentando-se já nos primeiros resultados dos estudos da Comissão Cruls, Fleury Curado colocou à apreciação do Legislativo um verdadeiro plano de construção da Nova Capital, ideando a forma de executar as edificações e a venda dos edifícios públicos do Rio de Janeiro; a construção de uma via férrea do Rio ao local da Nova Capital e a nomeação de um Síndico para a execução desses serviços. Aproveitando a elaboração orçamentária, propôs emenda no valor de 250 contos para tal fim.



Nogueira Paranaguá deu "os meios" ao Executivo

Quando os interesses da interiorização estavam bastante ameaçados no Governo Prudente de Moraes, o deputado Lauro Müller (de Santa Catarina), responsável principal pela inclusão do artigo mudancista na Constituição de 1891, levou, em 1895, à consideração do Congresso um projeto declarando federal o território demarcado no Planalto Central pela Comissão Cruls e regulando, de modo prático, a transferência da Capital. A proposição, com data de 17 de julho, foi apoiada pelos srs. Urbano Gouveia e Nogueira Paranaguá. O projeto passou pela Comissão de Obras, da qual Paranaguá era membro, mas, em plenário, se limitou à 1ª discussão. Pires Ferreira (do Piauí) apresentou substitutivo ao Projeto Lauro Müller fazendo economia de tostão.

O deputado Belisário Souza, do Rio, fez, em 1896, veemente obstrução do Projeto Lauro Müller e até apresentou emenda declarando o Rio, Capital Federal. Mas, José Bevilacqua (do Ceará) e Urbano Gouveia (de Goiás) refutaram as opiniões de Belisário, em defesa do Projeto Lauro Müller. Até Machado de Assis, que era caríaco, fez uma crônica criticando Belisário, por falta de respeito à Constituição.

Embora tenha sido o autor da Lei que permitiu a criação da Comissão Exploradora, o deputado Nogueira Paranaguá não concordou muito com Luis Cruls quanto à escolha da zona para a nova DF. Em razão disso, juntamente com outros parlamentares, sugeriu ao Congresso a exploração de uma outra zona, situada nos limites dos Estados de Goiás, Pará e Piauí, no norte goiano e nas nascentes do Rio Paranaíba.

Apesar de bem oportunas, especialmente as de Curado e Müller, nenhuma dessas proposições chegou a ser aprovada. Nem tampouco o Projeto de Paranaguá, de pouco significado.

## A LUTA PELAS VERBAS

Lauro Müller (de Santa Catarina) e Urbano Gouveia (de Goiás) foram dos bons "cavadores" de verbas para as Missões Cruls.

O representante de Santa Catarina conseguiu no Orçamento de 1894, uma verba de 350 contos que se acresceu para 400 contos, com base numa emenda de Cristiano Cruz e outros. Este crédito permitiu o início dos estudos da nova Capital encomendados por Floriano Peixoto a Cruls. E foi só. No Governo Prudente de Moraes nenhum crédito foi mais incluído no Orçamento da União.

Em 1896, no final do ano, quando Prudente de Moraes se encontrava afastado do Governo por doença, o deputado Urbano Gouveia obteve aprovação de um crédito suplementar de 200 contos em favor da Comissão de Estudos, embora a necessidade, segundo Cruls, fosse de 400 contos. No impedimento de Prudente de Moraes que ainda se encontrava enfermo, o Vice-Presidente Vitorino Pereira, no exercício da Presidência da República, assinou o decreto de abertura do crédito aprovado pelo Congresso.

Na sua coluna dominical "A Semana", da "Gazeta de Notícias", Machado de Assis fez uma série de crônicas muito espirituosas sobre a mudança da Capital e o Rio de Janeiro. São cinco crônicas sobre o assunto e publicadas de 1892 a 1896.

Nessas crônicas, Machado de Assis revela o seu bom humor de caríaco ante a informação de que a Capital deixaria o Rio. Consola os caríacos e convida-os a se preocuparem com o nome que o Rio terá quando Estado após a mudança da Capital. Chama o Rio de Janeiro de "Capital interina". Mas, promete aos caríacos que o Rio "é ainda e será sempre a Capital verdadeira e histórica" do Brasil.

...Machado de Assis garante até que "se viver" irá à inauguração da nova Capital, mas se não viver, "a inauguração pode fazer-se sem mim, e tão certo é o esquecimento, que nem darão pela minha falta" se lá não estiver. Deseja, inclusive, passar umas férias no Planalto Central.

Mas, em Contrapartida, assegura que os deputados irão todos assistir às líricas e os espetáculos caríacos.

Machado de Assis não era contra nem a favor. Aliás, em certa crônica manifestou-se a favor em respeito ao preceito constitucional e nisto combatu o deputado Belisário Souza, fluminense, que queria, em 1896, que a Capital não saísse do Rio de Janeiro. O autor de "Quincas Borba" chamou Brasília de a "nova caríaca".

Um fato curioso ocorreu com Machado de Assis relacionado à mudança da Capital. Foi ele, o grande romancista do fim do Século passado, quem redigiu para o Ministro Antonio Olyntho, da Viação, as instruções para a Missão Cruls fazer o levantamento da via férrea Catalão - Cuiabá, visando permitir a interligação do litoral à região demarcada por Luis Cruls.

## REPERCUSSÃO NA IMPRENSA

Os resultados do trabalho das Missões Cruls repercutiram intensamente na imprensa, quer no Brasil quer no exterior. Os jornais de um modo geral teciam elogios aos estudos e observações feitos pela equipe de Cruls. Nesse sentido se ocuparam, em vários artigos, o Jornal do Comércio, a Nôstia, a Gazeta de Notícias, o Nacional, o País, o Jornal do Brasil, entre outros, e a revista Cosmos, além de periódicos estrangeiros, notadamente de língua francesa: Revue Scientifique, Etale du Sud e outros.

Todavia, Cruls encontrou algumas publicações opositoras às quais deu resposta. As principais críticas ao seu trabalho partiram de Domingos Jaguaribe que desejava a Capital em Campo de Foz, e João Coelho Gomes Ribeiro que alegava erros de Cruls, pois o local que escolhera não coincidia com o Mapa do Brasil.

## FATOS PARALELOS

A Mensagem de Deodoro da Fonseca considerando a mudança da Capital para o interior de "um útil projeto, que tanto se recomenda", gerou logo no mês seguinte, julho de 1891, o interesse de alguns setores pela iniciativa. Desta forma, os engenheiros Guilherme Greehlag e Thomaz G. Bezzi, bem como a Agência Construtora do Banco Impulsor, propõem, separadamente, ao Congresso a concessão para construir a futura Capital brasileira, mediante alguns privilégios e outros favores. Mas, a Comissão de Obras Públicas e Colonização, duas semanas depois, rejeita ambas as propostas.

0000

Luis Cruls, entre o exercício da chefia da Comissão Exploradora e da Comissão de Estudos, solicitou ao Congresso, em requerimento de julho de 1894, o privilégio, mediante algumas vantagens, da construção de uma estrada de ferro ligando o litoral ao local demarcado para a Nova Capital. Assim, Cruls demonstrava confiança empresarial no empreendimento mudancista.

0000

Há uma referência de que, às vésperas da posse de Prudente de Moraes, em 1894, alguns deputados mineiros interessados em logo definir, no Governo Floriano Peixoto, a interiorização da Capital, teriam gestionado no sentido de transferi-la, de imediato, para uma cidade de Minas. Um jornal de 1894, "O Contemporâneo", afirma que, no mês de outubro, o deputado Herculano de Freitas propôs à Câmara a mudança da Capital Federal para a cidade mineira de Barbacena, e que, no mesmo mês, houve um entendimento entre alguns deputados federais sobre a mudança provisória e imediata da Capital para a cidade interiorana de Ouro Preto, também no interior mineiro.

## FLORIANO, UM MARCO

Depois do mandato de Floriano Peixoto, na Presidência da República, nada mais se fez, nos últimos anos do Século passado, em favor da interiorização da Capital.

O assunto se esvaizou no Governo Prudente de Moraes. E no Governo Campos Sales ficou relegado ao esquecimento governamental, e até mesmo por parte do Congresso. No apagar das luzes do século, o deputado Sá Freire apresentou, em 1899, um projeto mandando mudar a Capital para a cidade de Minas (Belo Horizonte), mas sua proposição não tinha sequer justificativa e não chegou a tramitar. Enquanto isso, a preciosidade dos estudos de Cruls sobre o Planalto Central, por obediência de Floriano à Constituição, saiu dos debates parlamentares e das discussões solitárias de alguns arquivos. Esquecidos como têm sido os arquivos no Brasil, os estudos das Missões Cruls passaram a significar apenas um objeto para ser usado, oportunamente, numa possível necessidade da burocracia governamental de comprovação ou prestação de contas.

Contudo, a indiferença e o desinteresse de muitos não empanou o brilho das atitudes patrióticas de alguns poucos, notadamente Floriano Peixoto, que, em nome dos brasileiros que viveram no final do século passado, deixou aos seus patrícios do século XX, o melhor exemplo de respeito à Constituição. E, assim, ficou inscrito no Mapa do Brasil, o local onde deveria ser plantada a Nova Capital brasileira no Planalto Central, desiderato constitucional só finalmente cumprido 68 anos depois da atitude mudancista de Floriano Peixoto com a inauguração de Brasília, em 1960, pelas mãos do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.